

Que estratégia para a salvaguarda do Cante?

José Rodrigues dos Santos¹

Comunicação no Congresso anual da Associação “A Moda”,
Universidade de Évora. Maio de 2008.

1. Património imaterial e salvaguarda: o contexto

1. A salvaguarda do Cante tem estado a ser pensada, nestes últimos meses, em função da Convenção da UNESCO para o "Património imaterial", aprovada em 2003 e ratificada por Portugal em 2006.

2. O reconhecimento internacional do valor de certas formas culturais, entre as quais poderia vir a contar-se o Cante (se for integrado na lista da UNESCO) interessa todos os que têm constatado, ao longo dos anos, as dificuldades com que se debate a prática do Cante.

3. O intento de obter o reconhecimento do carácter patrimonial do Cante é legítimo. As condições prévias exigidas para o reconhecimento das formas culturais a incluir na lista da UNESCO são, como é sabido, principalmente as seguintes:

- i) Que se trate duma forma cultural tradicional localmente reconhecida como valiosa;
- ii) Que ela seja considerada pelas sociedades locais em que vigora como um elemento importante da construção e da preservação das identidades dessas sociedades locais (ou "comunidades");
- iii) Que ela esteja em risco de se extinguir;
- iv) Que os portadores da tradição, os que a detêm e praticam, se invistam na sua salvaguarda, etc.

Como se vê, as três primeiras condições pertencem a um diagnóstico do que existe, das suas funções e do estado das práticas.

A última tem que ver com a acção que será, ou não, empreendida para a salvaguarda pelos actores locais.

Essas iniciativas ultrapassam forçosamente a simples prática local (por mais essencial que esta seja, e é) e incluem os contactos com as mais diversas autoridades a todos os escalões, local, regional, nacional e internacional, a constituição de dossiers, de testemunhos, e de projectos, e o desenvolvimento de acções concretas de apoio e de reforço das práticas.

¹ Professor Associado com Agregação, Academia Militar; Investigador, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), Universidade de Évora.

2. Como responder à questão: mas que projectos e que acções?

Para responder a esta questão de maneira adequada, tendo em mente a Convenção da UNESCO sobre o "Património imaterial", é preciso entender a importante evolução das concepções dessa agência onusiana neste domínio.

2.1 As duas fases da concepção da UNESCO

De modo muito esquemático, podemos afirmar que de uma concepção decalcada sobre a do património material (os "monumentos" e construções diversas, e mais tarde as cidades), se foi evoluindo para uma concepção mais específica das práticas culturais.

Na primeira fase a que nos referimos, aplica-se ao património imaterial (formas culturais "tradicionais", "folklore") uma estratégia de acção semelhante à que vigora para os "monumentos": identificação, arquivo, museografia. A nova preocupação é preservar *testemunhos* (que equivalem aos "monumentos") dessa memória, em maioria oral e não materializada em suportes perenes. Encara-se o registo sonoro e visual, a recolha de testemunhos orais, de objectos ligados a cada forma cultural, etc. E destinam-se esses testemunhos a lugares de apresentação da memória: os museus.

Sob a influência dos países do Extremo Oriente, nomeadamente da Coreia e do Japão, uma nova concepção surge no decorrer dos anos 90. Esta tem que ver com a preservação de certas práticas culturais consideradas de valor excepcional e que são detidas por simples indivíduos - eles próprios excepcionais: são os chamados "tesouros culturais ou humanos vivos". Nelas o Japão e a Coreia incluem por exemplo certas formas de canto individual acompanhado por um único instrumento (epopeias memorizadas, cujo canto pode durar horas), certas formas de teatro, métodos de fabrico de objectos de grande valor simbólico (sabres japoneses), etc.

Para estas formas culturais, o ponto de vista arquivístico (recolha, registo) e museográfico são inoperantes para a preservação, embora não sejam de excluir enquanto meios auxiliares. Com efeito, sabe-se que praticar uma determinada forma de expressão cultural é a melhor maneira de preservá-la e isso é tanto mais verdade tratando-se de práticas culturais complexas, detidas por um número restrito de praticantes, etc. Ora, não há documentação, imagem ou texto, que permita reconstituir a totalidade de uma prática altamente elaborada, sem o concurso dos mestres vivos, da transmissão oral directa, e através de longa prática. O arquivo, por si só, não garante a continuidade da prática.

Sob o impulso desses países, a concepção da UNESCO no que respeita à

preservação do património imaterial evoluiu. Ela pressupõe, desde o final dos anos 1990, que continuem a existir indivíduos capazes de praticar a arte na sua forma completa e com a máxima qualidade, e que eles a pratiquem efectivamente.

A componente principal da estratégia de salvaguarda torna-se pois *a garantia da transmissão*: que os Mestres, tesouros humanos vivos, não desapareçam sem deixar continuadores, que têm necessariamente aprender com eles através da prática. Alargada a formas culturais mais colectivas, esta nova orientação coloca-nos perante a necessidade de conceber a maneira de perpetuar o saber na prática e pela prática, envolvendo grupos de praticantes. O problema é mais complexo, visto que já não se trata de ajudar um Mestre individual e um muito pequeno grupo de aprendizes (o exemplo típico seria o Mestre ferreiro na sua forja de sabres japoneses) imaginando de que modo é possível ajudar uma colectividade a perpetuar uma prática que envolve um grande número de praticantes. A questão é tanto mais vital que as formas culturais que a Unesco considera são justamente as que estão em perigo de extinção: ora este perigo provém precisamente de causas profundas, de tendências pesadas, cuja supressão é, em muitos casos, impossível. Entre estas causas, as mais salientes são a progressiva extinção das comunidades rurais (êxodo rural, pobreza, envelhecimento), o empobrecimento relativo do que resta dessas colectividades nos novos contextos (industrialização, terciarização, urbanização) e, como consequência, a perda de poder destes grupos sociais no seio das colectividades mais abrangentes, nomeadamente nacionais.

Não é exagerado afirmar que o facto de estarem em perigo as formas culturais a que se refere a convenção da UNESCO resulta principalmente da perda de capacidade das comunidades locais para manterem a sua particularidade cultural: transmitir as obras antigas, garantir que a criação continua, dar-lhes visibilidade.

2.2 Consequências da nova concepção da UNESCO para o caso do Cante

Tratando-se de especificar, para a situação do Cante, o alcance desta nova orientação (que inspira a Convenção da 2003 ratificada por Portugal em 2006), é necessário acautelar dois tipos de falsos entendimentos.

O primeiro diz respeito ao modo de acção que devem empreender os detentores e os defensores de uma determinada forma cultural, para promover o seu reconhecimento, e o contributo do reconhecimento internacional para a salvaguarda.

Seria um erro de graves consequências imaginar que as disposições gerais da Convenção são susceptíveis de ser aplicadas directamente e sem adaptação aos contextos locais. O documento da UNESCO que

evoca uma estratégia genérica, mundial, uma vez traduzido e distribuído com cabeçalho português, não dispensa de modo algum a definição de uma “estratégia” adaptada ao contexto do país. O segundo erro consiste em concluir, a partir do facto que a Convenção indica que as populações detentoras do património devem ser envolvidas na sua preservação e dela devem ser actoras de primeiro plano, que se deve deixar a cargo dessas mesmas populações o essencial dos esforços - nomeadamente financeiros, técnicos, etc., que têm que ser suportados em vista da salvaguarda.

Vejamos mais em pormenor cada um destes mal-entendidos.

a) A preservação e a revitalização das formas culturais exigem estratégias adaptadas a cada caso e não basta transcrever a Convenção, acrescentando-lhe um carimbo nacional e imaginando que o trabalho está feito. É preciso especificar objectivos, identificar parceiros, recensear e angariar meios, sempre determinados em função da situação concreta. Pensemos no caso do *Ahlili* (canto Berbere Zeneta dos oásis saarianos de Timmimoun, e no caso do *Canto a Tenore* da Sardenha - dois cantos inscritos pela UNESCO na sua lista do património imaterial: mesmo objectivo (preservar a prática efectiva pelos seus detentores), caminhos e meios bem diferentes em cada caso para obter o resultado esperado. Nem outra coisa se poderia esperar, dadas as imensas diferenças entre as duas formas culturais e entre os seus contextos sociais. Se nos transportarmos para Portugal, é claro que salvaguardar o Vira minhoto ou as rendas da Madeira (se tal ideia viesse a alguém), seriam problemas muito distintos do que se põe para o Cante.

A nível nacional, fica a faltar, por ora, uma estratégia credível para a salvaguarda do património imaterial, ao mesmo tempo coerente e dotada dos meios necessários. Mas nem essa estratégia nacional, nem as suas equivalentes regionais, abrangendo o conjunto de formas culturais que constituem o património imaterial de uma região (ou que o que pode vir a ser considerado como tal) preenchem a necessidade de estratégias locais especialmente concebidas em função de cada forma cultural concreta. Para dar um exemplo, se os teatros de marionetas forem considerados parte do património imaterial, os problemas concretos que a sua salvaguarda (e até revitalização) coloca são bem diferentes dos que tocam ao Cante, mesmo que houvesse coincidência geográfica das práticas em causa. Em cada caso, os actores diferem, as questões técnicas (que regem a prática, a sua transmissão, etc.) são diferentes, e têm que ser tratadas como tais. As estratégias concretas têm pois que partir da situação concreta no terreno e ter em conta as necessidades locais, referidas à situação das práticas de cada forma.

No que concerne ao Cante alentejano, é indispensável começar por um diagnóstico da situação actual; saber onde e como vive e onde já não vive o cante. Identificar os motivos da extinção onde ela aconteceu.

Saber por que razões, alguns membros das comunidades portadoras do Cante, nomeadamente os jovens, abandonam não só a prática, mas o gosto pela fruição do Cante. Saber quais os problemas reais com que deparam todos aqueles que ainda o praticam, os que o praticaram mas tiveram que abandonar, os que gostariam de praticar mas não conseguem encontrar o quadro, os recursos, os meios necessários. Saber onde o Cante, já não (ou ainda não) sendo praticado, poderia sê-lo e como, sob que condições.

Nas circunstâncias em que uma prática - como o Cante - está fragilizada e pode tender a extinguir-se, a acção de salvaguarda tem que recorrer a iniciativas que ultrapassam o simples facto (por mais importante que seja) de praticar o Cante nas condições actuais, nos âmbitos locais.

Tem que ser posta a questão da transmissão, se os canais e as modalidades antigas, que outrora bastaram para mantê-lo vivo já não são operantes, ou não são suficientes. Mormente quando se sabe que os contextos antigos das práticas desapareceram.

b) Aqui intervém o segundo mal-entendido que temos que evitar e consiste num paradoxo, embora o carácter contraditório de tal concepção não pareça evidente para certos actores.

Tem sido por vezes sugerido, considerando a posição da UNESCO (“os detentores da prática devem ser envolvidos na preservação”), que os praticantes locais do Cante devem ser eles próprios os actores principais e quase exclusivos de todo o processo. Para além da aparente evidência, imagine-se o que isto significa: se uma colectividade, portadora de uma forma cultural importante está em situação de não poder preservá-la, (e é por isso mesmo que o património está em risco), de nada serve dizer aos membros dessa colectividade: “façam *vocês* o necessário para que a prática se mantenha”. As razões pelas quais uma colectividade perde a capacidade para salvaguardar uma prática, *são as mesmas* que lhe tornam excessivamente difícil conceber as soluções, angariar os recursos necessários para as acções a empreender, geri-los e... manter a prática nos moldes tradicionais. Ou ela não estaria em perigo.

A acção a empreender tem que ter em conta o facto que as populações que foram as criadoras e as transmissoras do Cante até aos nossos dias padecem de fragilidades do ponto de vista social que, devidas, no passado, principalmente ao estatuto de oprimidos e de socialmente desvalorizados num mundo rural marcado por fortes desigualdades, acumulam no presente outras causas de dificuldades. Entre elas o acentuado envelhecimento dos praticantes, os baixos níveis de literacia que dificultam a movimentação num mundo em que a documentação escrita é essencial, os fracos recursos económicos, o isolamento social, etc.

O “façam vocês”, ou a sua versão mais temperada mas mesmo assim

demagógica que diz "vocês é que sabem o que é preciso fazer", são, uma e outra, figuras do abandono e da demissão das responsabilidades que cabem a todos os que, sendo ou não membros das pequenas colectividades locais (e dos grupos de praticantes), gerem os recursos existentes e têm capacidade para angariar os recursos que faltam.

Sem descurar a máxima participação possível dos actores locais e mormente dos praticantes do Cante, é uma ficção extremamente danosa supor que basta dizer-lhes "o Cante está a morrer, façam *vocês* o necessário"; "nós não sabemos o que fazer, *digam vocês*". E quanto a meios: "nós não temos, procurem vocês"...

Enquanto a colectividade nacional – que é, perante a UNESCO, a única habilitada a submeter candidaturas para a salvaguarda do património imaterial – não investir *recursos materiais significativos* na revitalização de uma certa forma cultural, qualquer que seja, nada poderá acontecer no terreno. Nem qualquer candidatura terá credibilidade. No caso presente, como fazer acreditar, aos olhos do mundo, que damos valor ao Cante, se o Estado português não investe recursos, a um nível significativo, na sua revitalização e salvaguarda? Investir recursos – ou não – é a forma concreta de tomar posição.

Permitamo-nos um exemplo: imaginemos que um estado propõe à UNESCO a classificação do centro histórico como "Património da Humanidade". Qual seria a credibilidade da candidatura se o mesmo estado declarasse que não está pronto a consagrar um orçamento adequado à valorização e salvaguarda desse conjunto, ou lhe dedicasse uma fracção irrisória dos seus recursos?

A óptica que nos parece correcta por parte de *todos* os actores institucionais passa pela decisão de colocar-se ao serviço do cante - e dos praticantes do cante -, reunindo para o benefício destes todos os meios susceptíveis de manter a prática, incentivar a sua transmissão, melhorar as condições em que se realiza, manter o carácter genuíno das formas de execução, melhorando a qualidade das práticas, sejam elas ou não ligadas a exibições públicas e ao espectáculo. É claro que uma orientação desta natureza deve traduzir-se nos orçamentos.

Ao evocar "todos os actores", temos em mente que em alguns deles recai uma responsabilidade muito especial. Ao nível local, as autarquias têm sem dúvida um papel importante a desempenhar e algumas delas já manifestaram vontade de o fazer. Mas enquanto as declarações solenes têm um alto e precioso valor de símbolo, nem sempre se traduzem, na prática, por políticas concertadas de apoio e de salvaguarda do Cante. As razões serão múltiplas, diferentes de caso a caso, mas em pano de fundo aparece sempre a escassez de recursos disponíveis para as colectividades locais que lidam com tecidos sociais empobrecidos, com múltiplos problemas materiais e humanos cuja urgência acaba muitas vezes por relegar para um segundo plano as acções de salvaguarda cultural.

O papel do Estado, através das suas diversas agências, tem uma importância capital. Lembremos uma vez mais que as propostas de inscrição nas listas do Património Imaterial são da responsabilidade e emanam exclusivamente dos Estados. A prossecução do objectivo de inscrição de uma forma cultural na lista da UNESCO exige uma participação activa do Estado. Ora, o Estado não pode limitar-se a agir como facilitador ou organizador dos esforços, mas deve agir - e agir sem dúvida sobretudo -, enquanto fornecedor dos recursos que faltam à escala local.

Sejamos claros e repitamos: a maneira de mais claramente manifestar uma vontade política de salvaguarda do Cante consiste em consagrar meios financeiros para a realização das acções que as situações locais exigem. A credibilidade de qualquer instância estatal quanto ao seu empenho na vida do Cante é directamente proporcional à fracção dos seus recursos que aceita consagrar-lhe.

Para que uma estratégia nacional veiculada por instâncias regionais seja credível e percebida como sendo sincera, ela deve responder com clareza à questão seguinte: quais são as somas que entendem consagrar ao Cante? O lugar de uma certa forma cultural no orçamento, não é de mais frisá-lo, traduz da maneira mais fiel possível a importância que os responsáveis lhe atribuem.

É óbvio todavia que os recursos em causa não podem ser principalmente o pagamento de funcionários, ou o auto-financiamento das estruturas oficiais e dos seus projectos, o que resultaria em ser o Estado a consumir os recursos destinados à prática cultural que se trata de salvaguardar: uma realidade mais frequente do que poderíamos pensar.

Eles têm que ser *recursos que cheguem directamente até aos actores de base*, até aos locais efectivos das práticas, ajudando-os a desempenhar o papel essencial que, como vimos, deve ser o seu.

Mas é de facto *mais difícil* conceber, planear e realizar uma política de apoios e de incentivos aos actores de base, do que aumentar o número de funcionários e os gastos nas próprias administrações. Em nosso entender, a verdadeira estratégia de salvaguarda do Cante passa precisamente por essas tarefas, que repetimos: estabelecer diagnósticos, definir objectivos e *conceber, planear e realizar uma política de apoios e de incentivos aos actores de base*.

Aqui fica o desafio. E a indicação do trabalho que temos pela frente. Aí voltaremos em pormenor num trabalho ulterior.

Referência bibliográfica

Santos, J. Rodrigues dos, 2008. “Que estratégia para a salvaguarda do Cante?”. Comunicação no Congresso anual da Associação “A Moda”, Maio 2008, Universidade de Évora.